

BV CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 09.023.931/0001-80

Alameda Tocantins, nº 125, 24º andar, Salas 2401 e 2402, Complemento A, Edifício West Side, Alphaville, Barueri - (SP), Brasil, CEP 06455-020

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Corretora de Seguros S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. A BV Corretora de Seguros S.A. ("BV Corretora" ou "Companhia") (antiga "Votorantim Corretora de Seguros") é uma companhia de capital fechado que opera na forma de corretora de seguros, principalmente na realização de corretagem, intermediação, administração, consultoria e angariação na área de seguros e na área de serviços de assistência caracterizados como serviços complementares às atividades de seguros. Em 28 de dezembro

de 2021, foi aprovada a alteração da denominação social de Votorantim Corretora de Seguros S.A. para BV Corretora de Seguros S.A.
As operações da Companhia são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. As Demonstrações Contábeis, bem como Relatórios Gerenciais do Conglomerado estão disponíveis no website <https://bv.com.br/>.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a BV Corretora registrou Receitas de serviços e comissões no montante de R\$ 472,1 milhões, representando uma queda de 7,1% sobre as Receitas registradas no

exercício de 2021 (R\$ 508,4 milhões). A queda é reflexo principalmente na menor origemação de financiamento de veículos (atividade desempenhada pelo Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), em decorrência do cenário macroeconômico adverso durante o ano de 2022.
A Companhia encontrou o exercício de 2022 com lucro líquido de R\$ 295,8 milhões, resultado este 7,1% inferior ao lucro obtido no exercício de 2021 (R\$ 310,6 milhões).
A administração da BV Corretora agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021					
(Valores expressos em milhares de Reais)					
	Nota	31.12.2022	31.12.2021	Nota	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE		149.025	296.077	411.538	205.101
Caixa e equivalentes de caixa	5	230	179	19	571
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	99.273	265.434	11a	86.080
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	7	38.994	24.164	12	324.887
Ativos fiscais correntes	8a	9.990	6.069		1.791
Outros ativos	10	538	231	12	1.200
ATIVO NÃO CIRCULANTE		265.504	1.046.581	1.000	651.674
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	255.492	328.363	13a	1.000
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	7	—	706.056		200
Ativos fiscais diferidos	8b	8.862	11.949		485.552
Ativo imobilizado (Ativos tangíveis)	9	73	83		—
Outros ativos	10	1.077	130		—
TOTAL DO ATIVO		414.529	1.342.658	414.529	1.342.658

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021						
(Valores expressos em milhares de Reais)						
	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total	
Eventos		Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	—	—
Saldos em 31.12.2020		472.941	69.953	357.468	—	900.362
Aumento de capital	13a	178.733	—	(178.733)	—	—
Lucro líquido do período		—	—	—	310.641	310.641
Destinações:						
Reserva legal	13b	—	15.532	—	(15.532)	—
Dividendos	13c	—	—	—	(73.777)	(73.777)
Reserva estatutária		—	—	221.332	(221.332)	—
Saldos em 31.12.2021		651.674	85.485	400.067	—	1.137.226
Mutações do período		178.733	15.532	42.599	—	236.864
Saldos em 31.12.2022		651.674	85.485	400.067	—	1.137.226
Aumento de capital	13a	—	85.285	—	—	(735.959)
Redução de capital	13a	—	(85.285)	—	—	—
Dividendos	13c	—	—	(400.067)	—	(400.067)
Lucro líquido do período		—	—	—	295.809	295.809
Destinações:						
Dividendos	13c	—	—	—	(295.809)	(295.809)
Saldos em 31.12.2022		1.000	200	—	—	1.200
Mutações do período		(650.674)	(85.285)	(400.067)	—	(1.136.026)

O Resultado por ação está divulgado na Demonstração do Resultado.
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. A BV CORRETORA DE SEGUROS E SUAS OPERAÇÕES
A BV Corretora de Seguros S.A. (Companhia, Entidade ou Instituição) é uma companhia de capital fechado que opera na forma de corretora de seguros, principalmente na realização de corretagem, intermediação, administração, consultoria e angariação na área de seguros e na área de serviços de assistência caracterizados como serviços complementares às atividades de seguros. Em 28 de dezembro de 2021, foi aprovada a alteração da denominação social de Votorantim Corretora de Seguros S.A. (Votorantim Corretora de Seguros) para BV Corretora de Seguros S.A. (BV Corretora de Seguros).
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
a) Declaração de conformidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas conforme as disposições previstas na legislação societária vigente, tendo a sua base de preparação as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme IAS 1, as operações cujo vencimento é inferior a 12 meses estão apresentadas nestas Demonstrações Contábeis como ativo ou passivo "circulante" e as operações com vencimento superior a 12 meses são apresentadas como "não circulante", exceto os impostos diferidos (ativos e passivos) que são classificados como "não circulante".
b) Base de reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas regulares de instrumentos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.
Os bens financeiros são reverificados/baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa expiram ou quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, de tal forma que justifique a reversão. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.
Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do resultado em Receitas/despesas financeiras no exercício em que ocorrem.
O valor justo dos ativos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recém contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado dependendo do mínimo possível de informações geradas pela Administração.
c) Moeda funcional e moeda de apresentação
As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
d) Estimativas contábeis e julgamentos
A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e imprecisões regularmente. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Companhia são detalhadas na nota explicativa 4.
e) Autorização das demonstrações contábeis
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 15 de março de 2023.
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.
a) Apuração do resultado
As receitas são reconhecidas de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ou CPC 48 - Instrumentos Financeiros, de acordo com a natureza de prestação de serviço ou rendimento de instrumento financeiro.
As despesas são reconhecidas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem, seguindo o conceito das normas aplicáveis.
h) As receitas e as despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam remuneração são reconhecidas no resultado do período de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 48, pela taxa efetiva de juros.
As receitas de serviços provenientes de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com os princípios descritos no CPC 47, pelo valor que reflete contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços, já líquido dos efeitos de cancelamentos de contratos de seguros.
A Companhia reconhece as receitas com contratos de seguros e a obrigação de restituição pelo cancelamento dos contratos, atualizando a mensuração da obrigação de restituição no final de cada período de reporte para alterações do valor de restituições, reconhecendo estes ajustes correspondentes como reduções da receita.
O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:
i. Identificação do contrato;
ii. Identificação das obrigações de desempenho;
iii. Determinação do preço da transação;
iv. Alocação do preço da transação; e
v. Reconhecimento da receita.
Despesas com serviços prestados são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.
Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas e comissões forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo CPC 47 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do CPC 48, no resultado de forma diferida pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e outras aplicações, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.
c) Ativos e passivos financeiros
De acordo com o CPC 48, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos, devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria na qual o instrumento foi classificado.
Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:
i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;
iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA);
iv. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
v. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
vi. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;
vii. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.
Em relação aos ativos financeiros, a classificação contábil depende tanto da definição do Modelo de Negócios quanto do atendimento ao teste SPPI (Solely Payments of Principal and Interest - Somente Pagamento de Principal e Juros).
O teste de SPPI evidencia se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto, esta avaliação é baseada na análise de performance e nos termos do ativo financeiro. Deste modo, é necessário avaliar se os ativos financeiros incluem termos contratuais que podem mudar o período ou a quantidade dos fluxos de caixa contratuais.
Os modelos de negócios da companhia refletem como um ativo financeiro ou grupos de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. Sendo assim, a classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros da Companhia é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, conforme requerido pelo CPC 48 e descrito a seguir:
• Modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; nesse modelo os ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva;
• Modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; nesse modelo os ativos são mensurados ao valor justo, ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e juros) são reconhecidos no Patrimônio Líquido; e
• Outros modelos de negócio: nesse modelo são classificados os ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado, sendo mensurados ao valor justo, ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado.
A classificação contábil segue o modelo de negócio atribuído, a menos que o instrumento não atenda ao Teste de SPPI. Os ativos financeiros que não passam no teste de SPPI não podem ser mensurados por meio de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, devendo obrigatoriamente serem mensurados por meio do valor justo por meio de resultado (marcação a mercado no resultado).
Os ativos podem ser mensurados como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado:
• Custo amortizado: A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da apropriação (accrual) dos juros do ativo financeiro no resultado.
• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes".
• Valor justo por meio do resultado (VJR): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no resultado.

(i) Instrumentos de Patrimônio
As características destes ativos financeiros não atendem os conceitos do teste SPPI, ou seja, não apresentam exclusivamente pagamento de principal e juros. Desta forma, automaticamente estes ativos devem ser classificados como valor justo por meio do resultado (VJR), exceto se a entidade optar pela opção irrevogável de classificá-los como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
Caso essa exceção seja utilizada, os ganhos ou perdas no valor justo do ativo são reconhecidos em seus resultados abrangentes e não são reclassificados para o resultado em nenhuma hipótese, somente dividendos recebidos são reconhecidos em resultado.
(ii) Outros critérios aplicados a instrumentos financeiros
Os rendimentos auferidos com os ativos financeiros, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados *pro rata die*, com base na variação do indexador e na taxa efetiva de juros, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.
d) Ativos e passivos tributários
O Imposto de Renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% e a Contribuição Social foi apurada com base na alíquota de 9%, ambas, aplicáveis ao Lucro tributável. A constituição do crédito tributário do Imposto de Renda e da Contribuição Social está fundamentado em estudo técnico probatório da capacidade de sua realização preparado pela Administração. O PIS (Programa de Integração Social) foi apurado com base nas alíquotas de 0,65% e 1,65% (regime não cumulativo), aplicáveis sobre as receitas financeiras e demais receitas auferidas pela Companhia, respectivamente, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor. A COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) foi apurada com base na alíquota de 4% e 7,6% (regime não cumulativo), aplicáveis sobre as receitas financeiras e demais receitas auferidas pela Companhia, respectivamente, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.
O ISS (Imposto Sobre Serviços) foi apurado considerando alíquota de 2% até 5% (alíquota varia de acordo com cada Município) sobre as receitas de serviços prestados pela Companhia.
Impostos correntes ativos e impostos correntes passivos somente são compensados, e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
e) Ativo imobilizado (ativos tangíveis)
O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear. Decorrente dessa prática, a taxa anual para depreciação de instalações é de 10%. A Companhia avalia ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo tangível tenha sofrido desvalorização.
f) Provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.
Ativos contingentes geralmente decorrem de eventos não planejados ou outros eventos inesperados que originam a possibilidade de um fluxo de entrada de benefícios econômicos à entidade. Ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, pois isso pode resultar no reconhecimento de receita que pode nunca ser realizada. Entretanto, quando a realização da receita for praticamente certa, então o respectivo ativo não é um ativo contingente e seu reconhecimento é efetuado.
g) Outros ativos e outros passivos
Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).
h) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável e baixa - Aplicação Geral
O modelo de redução ao valor recuperável prevê a constituição de provisão como perdas de crédito esperadas para 12 meses ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato. Essa segregação se dá pela separação das carteiras em estágios, a migração de estágios ocorre em função do aumento/diminuição significativa no risco de crédito dos instrumentos.
No que tange aos ativos financeiros e demais ativos, são baixados quando a provisão para redução ao valor recuperável - imparidade atingir 100% do custo do ativo e, também for constatada a inexistência, em definitivo, de benefícios econômicos futuros, seja por obsolescência, descontinuidade de uso ou quando não houver, sob quaisquer circunstâncias, a capacidade de mensurar com confiabilidade tais benefícios econômicos.
i) Principais normas e interpretações que entram em vigor em 2022
• **Ciclo de aprimoramentos anuais 2018-2020** - As alterações emitidas pelo IASB contemplam as seguintes normas: (i) CPC 48 - esclarece quais taxas pagas ou recebidas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros, (ii) CPC 06 (R2) - altera o exemplo 13 ao excluir o reembolso pago pelo arrendador ao arrendatário a título de incentivo e (iii) CPC 37 - flexibiliza procedimentos que uma subsidiária poderá aplicar ao adotar o IFRS pela primeira vez após a sua controladora. Estas alterações são aplicáveis para períodos iniciados em/ou a partir de 01 de janeiro de 2022. Não houve impactos na sua adoção inicial.
• **Alterações no CPC 25** - As alterações visam esclarecer os custos que a entidade deve considerar como custos para cumprimento de um contrato ao avaliar quando este contrato é oneroso. As alterações são efetivas a partir de 01 de janeiro de 2022 e não houve impactos na sua adoção, uma vez que a Companhia não possui contratos sob tais condições;
• **Alterações no CPC 15** - As alterações visam alinhar as referências feitas à nova Estrutura Conceitual (Conceptual Framework), contemplando orientações para determinar quando uma provisão ou um passivo contingente existe na data da aquisição (de uma combinação de negócios). Estas alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após 01 de janeiro de 2022. Não houve impactos na sua adoção inicial.
Principais normas e interpretações que entrarão em vigor em períodos futuros
• **Alterações no CPC 26 - Classificação de passivos em circulante ou não circulante:** refere-se à apresentação dos passivos no balanço, sendo que as alterações visam (i) esclarecer que tal classificação deve ser realizada com base nos direitos da entidade, existentes ao fim do período de reporte, para diferir pagamentos por mais de 12 meses; (ii) esclarecer que a classificação não é afetada por expectativas sobre quando a entidade irá exercer o direito de diferir tais pagamentos e (iii) detalhar que a liquidação se refere à transferência de caixa, instrumentos patrimoniais ou outros ativos e serviços à contraparte. As alterações foram postergadas para vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023 e a Companhia avalia os efeitos destas alterações e não são esperados impactos relevantes quando da sua adoção;
• **Alterações no CPC 26 - Alterações na divulgação de políticas contábeis:** As alterações têm por objetivo requerer que apenas as informações sobre políticas contábeis que forem materiais sejam divulgadas, ou seja, aquelas capazes de influenciar na tomada de decisão dos usuários primários das informações contábeis, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumarizem os requerimentos normativos. As alterações são efetivas a partir de 01 de janeiro de 2023 e a Companhia avalia possibilidades de otimização das informações a serem divulgadas;
• **Alterações no CPC 32** - As alterações visam esclarecer que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. As alterações são efetivas a partir de 01 de janeiro de 2023 e não são esperados impactos relevantes quando da sua adoção;
• **Alterações no CPC 23** - Altera a definição de estimativa contábil, como sendo valores constantes nas demonstrações contábeis que estão sujeitos à incerteza na sua mensuração e esclarece que uma mudança em estimativa contábil decorrente de novas informações não é uma retificação de erro. As alterações são efetivas a partir de 01 de janeiro de 2023 e não são esperados impactos quando da sua adoção.
4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS
1) Principais estimativas contábeis e julgamentos realizados no uso destas estimativas, bem como na aplicação de políticas contábeis
A elaboração de Demonstrações Contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material nas demonstrações contábeis. A Administração aplica em base contábil e com revisão periódica estimativas que afetam os montantes apresentados em nossas demonstrações contábeis, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na aplicação de nossas operações.
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros
As exigências de provisão para perdas por redução ao valor recuperável requerem um modelo de perda de crédito esperada considerando premissas, tais como:
• Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: A partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das contrapartes e de informações públicas consegue-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito.
• Prazo: Considera-se o prazo máximo de contrato como tempo de exposição ao risco de crédito quando há uma data de vencimento definida, caso contrário estima-se a vida esperada do ativo financeiro conforme período de exposição ao risco de crédito.
• Informações prospectivas: Utilização de informações de caráter *forward looking*, como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.
• Cenários de perda ponderados pela probabilidade: Utilização de cenários macroeconômicos imparciais e ponderados para estimar a perda esperada em um horizonte de tempo adequado.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)			
	Nota	Exercício/2022	Exercício/2021
Receitas de serviços e comissões	14	472.143	508.365
Impostos sobre serviços		(8.942)	(10.145)
LUCRO BRUTO		463.201	498.220
Despesas de pessoal	15	(35.173)	(18.197)
Outras despesas administrativas	16	(14.155)	(16.677)
Despesas tributárias	11b	(45.220)	(48.143)
Outros resultados operacionais	17	(361)	(25)
RESULTADO ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS		368.292	415.178
Receitas financeiras	6b	76.990	50.326
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO		445.282	465.504
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	18a	(149.473)	(154.863)
Impostos correntes		(146.386)	(154.339)
Impostos diferidos		(3.087)	(524)
LUCRO LÍQUIDO		295.809	310.641
RESULTADO POR AÇÃO			
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$		1.479.045,00	1.553.205,00
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)	13a	200	200

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021		
(Valores expressos em milhares de Reais)		
	Exercício/2022	Exercício/2021
Lucro líquido do período	295.809	310.641
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado	—	—
Resultado abrangente total	295.809	310.641

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
(Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	Exercício/2022	Exercício/2021
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais		239.032	(230.434)
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro		445.282	465.504
Ajustes ao lucro antes dos impostos e contribuições sobre o lucro		(14.074)	(4.641)
Despesas/(reversão de despesas) com provisões civis, trabalhistas e fiscais	19a	(83)	69
Depreciações	16	10	10
Efeito de cancelamentos de contratos de seguros nas receitas de serviços e comissões		(13.161)	(3.923)
Provisão/(reversão de provisão) para perdas ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de investimentos por incentivos fiscais	17	(904)	(783)
Despesas/(receitas) de atualização de depósitos em garantia	17	64	(14)
Variações patrimoniais		919.600	(322.195)
(Aquisição/aumento)/redução de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		239.032	(230.434)
(Aumento)/redução de ativos financeiros ao custo amortizado		691.226	(79.542)
Redução de ativos fiscais		(3.921)	(2.207)
Redução de passivos fiscais		(13.508)	(13.809)
(Redução)/aumento em outros ativos (Redução)/aumento em outros passivos		(411)	1.677
Imposto de renda e contribuição social pagos		7.182	1.980
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		(140.954)	(131.469)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		1.209.854	7.199
Redução de capital	23a	(735.959)	—
Dividendos pagos		(473.844)	(7.046)
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		(1.209.803)	(7.046)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		51	153
Início do período		179	26
Fim do período	5	230	179
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		51	153

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

BV CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 09.023.931/0001-80

Alameda Tocantins, nº 125, 24º andar, Salas 2401 e 2402, Complemento A, Edifício West Side, Alphaville, Barueri - (SP), Brasil, CEP 06455-020

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Ativos fiscais diferidos

	31.12.2022	31.12.2021
Provisões passivas	8.355	11.360
Outras diferenças temporárias	507	589
Total	8.862	11.949
Ativo não circulante	8.862	11.949

Expectativa de realização
A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2022.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2023	4.121	3.639
Em 2024	1.747	1.368
Em 2025	136	94
Em 2026	102	63
Em 2027	2.662	1.461
De 2028 a 2029	57	25
De 2030 a 2032	37	12
Total de créditos tributários	8.862	6.662

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, observou-se a realização parcial de créditos tributários na BV Corretora de Seguros no montante de R\$ 6.774 (R\$ 10.382 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), correspondente a 72% (99% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) da respectiva estimativa de realização fiscal do saldo de créditos tributários para todo o ano de 2022, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2021.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Diferenças intertemporais ⁽¹⁾
Em 2023	47%
Em 2024	20%
Em 2025	2%
Em 2026	1%
Em 2027	29%
De 2028 a 2029	0%
De 2030 a 2032	0%

⁽¹⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

c) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário - Não ativado)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve saldo não constituído de crédito tributário.

9. ATIVO IMOBILIZADO (ATIVOS TANGÍVEIS)

	31.12.2021	Exercício/2022 ⁽¹⁾	31.12.2022
	Saldo contábil	Depreciação	Valor de custo
Instalações	83	(10)	98
Total	83	(10)	98

	31.12.2021	Exercício/2021 ⁽¹⁾	31.12.2021
	Saldo contábil	Depreciação	Valor de custo
Instalações	93	(10)	98
Total	93	(10)	98

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve aquisições e baixas de ativo imobilizado.

10. OUTROS ATIVOS

	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos judiciais (Nota 19c)	23	130
Incentivos fiscais ⁽¹⁾	904	-
Despesas antecipadas	224	60
Outros	464	171
Total	1.615	361

⁽¹⁾ Valor contábil líquido de provisões.

11. PASSIVOS FISCAIS

a) Passivos fiscais correntes

	31.12.2022	31.12.2021
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	78.495	89.599
Impostos e contribuições sobre os salários	482	139
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	14	-
PIS	1.053	643
COFINS	4.887	3.059
ISS	1.149	716
Total	86.080	94.156

Passivo circulante 86.080 94.156

b) Despesas tributárias

	Exercício/2022	Exercício/2021
COFINS	(37.280)	(39.606)
PIS	(7.925)	(8.489)
Outras	(15)	(48)
Total	(45.220)	(48.143)

12. OUTROS PASSIVOS

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão para participações nos lucros	4.700	3.236
Provisão para despesas de pessoal	7.322	1.559
Comissões antecipadas sobre seguros	168	1.018
Obrigações por cancelamentos	10.702	23.862
Obrigações legais (Nota 19d)	6.165	4.803
Dividendos a pagar	295.809	73.777
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽¹⁾	1.637	2.205
Outros	175	162
Total	326.678	110.622

Passivo circulante 324.887 110.291
Passivo não circulante 1.791 331

⁽¹⁾ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 1.000 (R\$ 651.674 em 31 de dezembro de 2021), está representado por 200.000 ações subscritas e integralizadas (200.000 em 31 de dezembro de 2021).

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 178.733, sem a emissão de novas ações.

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de Capital Social, no valor de R\$ 85.285, mediante incorporação da reserva legal, sem a emissão de novas ações e, subsequentemente, a redução de Capital Social, no valor de R\$ 735.959, sem cancelamento de ações.

b) Reserva de lucros

Reserva legal
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de capital exceder 30% do Capital social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária
A lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva estatutária", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

c) Dividendos
Aos acionistas é assegurado dividendos mínimos obrigatórios, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio, correspondentes a 25% do lucro líquido de cada período, deduzido-se o montante destinado à reserva legal (Lucro líquido ajustado).
Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de dividendos.
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia realizou as seguintes distribuições:

	Exercício/2022		Data-base da posição acionária	Data de pagamento
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$		
Dividendos	295.809	1.479.045	31.12.2022	a pagar até 31.12.2023
Dividendos ⁽¹⁾	400.067	2.000.335	31.03.2022	31.05.2022
Total destinado aos acionistas	695.876	3.479.380		

	Exercício/2021		Data-base da posição acionária	Data de pagamento
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$		
Dividendos	73.777	368.885	31.12.2021	31.05.2022
Total destinado aos acionistas	73.777	368.885		

⁽¹⁾ Montante distribuído através da Reserva de lucros.

Lucro líquido do período

	Exercício/2022	Exercício/2021
Reserva legal ⁽¹⁾	-	(15.532)
Base de cálculo	295.809	295.109
Dividendos	295.809	73.777
Valor proposto % sobre a base de cálculo	295.809	73.777
	100%	25%

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi constituída Reserva legal, pois alcançou o limite de 20% do Capital social.

14. RECEITAS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	Exercício/2022	Exercício/2021
Comissão de corretagem de seguros	472.143	508.365
Total ⁽¹⁾	472.143	508.365

⁽¹⁾ Inclui os efeitos das obrigações por cancelamentos dos contratos de seguros.

15. DESPESAS DE PESSOAL

	Exercício/2022	Exercício/2021
Honorários	(2.313)	(1.084)
Benefícios	(2.667)	(1.615)
Encargos sociais	(5.081)	(2.770)
Proventos	(19.173)	(8.689)
Demandas trabalhistas	(772)	(461)
Trainamentos	(218)	(210)
Participação nos lucros e resultados	(4.562)	(3.160)
Previdência privada complementar	(387)	(208)
Total	(35.173)	(18.197)

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercício/2022	Exercício/2021
Aluguéis	(84)	(1.884)
Comunicações	(79)	(305)
Contribuições filantrópicas	(4.180)	(4.840)
Manutenção e conservação de bens	(59)	(205)
Processamento de dados	(1.841)	(2.439)
Propaganda e publicidade	(8)	(34)
Publicações	(15)	(76)
Serviços técnicos especializados	(3.193)	(2.527)
Depreciação	(10)	(10)
Outros ⁽¹⁾	(4.686)	(4.357)
Total	(14.155)	(16.677)

⁽¹⁾ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora.

17. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	Exercício/2022	Exercício/2021
Outras receitas	1.067	1.147
Atualização de provisões para passivos contingentes	83	10
Atualização de depósitos em garantia ⁽¹⁾	-	14
Atualização de tributos pagos a maior	63	-
Reversão de provisão para perdas ao valor recuperável (impairment) de investimentos por incentivos fiscais	904	783
Outros	17	340
Outras despesas	(1.428)	(1.172)
Demandas fiscais	(1.362)	(1.162)
Atualização de depósitos em garantia ⁽¹⁾	(64)	-
Outros	(2)	(10)
Total	(361)	(25)

⁽¹⁾ Inclui os efeitos decorrentes da mudança no índice de atualização de depósitos judiciais.

18. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração das despesas de IR e CSLL

	Exercício/2022	Exercício/2021
Valores correntes	(146.386)	(154.322)
IR e CSLL no país - Corrente	(146.386)	(154.322)
IR e CSLL no país - Exercícios anteriores	-	(17)
Ativo fiscal diferido	(3.087)	(524)
Provisões passivas	(3.005)	(524)
Outras diferenças temporárias	(82)	-
Total	(149.473)	(154.863)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Exercício/2022	Exercício/2021
Resultado antes dos impostos e contribuições sobre o lucro	445.282	465.504
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(149.473)	(154.863)
Encargo total do IR (25%) e CSLL (9%)	(151.397)	(159.346)
Encargos sobre despesas não dedutíveis	(1.427)	(2.143)
Encargos sobre participações dos empregados nos lucros e resultados	1.551	1.075
Incentivos fiscais (PAT, cultura e outros)	4.430	4.933
Outros valores	(2.630)	618

19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Ativos contingentes
Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, que se enquadram no disposto no CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Ações trabalhistas
A Companhia é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações fiscais
A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN e PIS/COFINS. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais ou seguro garantia para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades) e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos.

Ações de natureza cível
A Companhia é parte em processo judicial, decorrente do curso normal das operações de corretagem de seguros, envolvendo questões cíveis.

Provisões para demandas trabalhistas - Prováveis
A Companhia mantém provisão para demandas trabalhistas com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável) ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

Movimentações nas provisões classificadas como prováveis

	Demandas fiscais	Demandas trabalhistas
	Exercício/2022	Exercício/2021
Saldo inicial	67	587
Constituições	67	9
Reversão da provisão	(69)	(61)
Atualizações	2	36
Saldo final	67	571

Cronograma esperado de desembolsos em 31 de dezembro de 2022

	Até 5 anos	Total
Até 5 anos	571	571

b) Passivos contingentes - Possíveis
Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2022	31.12.2021
Demandas fiscais ⁽¹⁾	6.289	5.600
Total	6.289	5.600

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, às ações de cobrança de ISS e multa pela não homologação de compensações (PER/D/COM).

c) Depósito em garantia de recursos

	31.12.2022	31.12.2021
Demandas trabalhistas	15	29
Demandas cíveis	8	34
Demandas fiscais	-	67
Total	23	130

d) Obrigações Legais
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém registrado na rubrica Outros passivos a obrigação legal no montante de R\$ 6.165 (R\$ 4.803 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia obteve liminar para assegurar que recolha o PIS e a COFINS sem a inclusão do ISS até o julgamento do processo, suspendendo-se a exigibilidade da referida parcela.

20. PARTES RELACIONADAS

a) Sumário das transações com partes relacionadas
As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Banco Votorantim, Conglomerado Banco do Brasil e a Votorantim S.A.

	31.12.2022		
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A. e controladas	Banco Votorantim S.A.
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	61	-	160
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	354.765
Passivos			
Outros passivos	-	(302.049)	(302.049)
Resultado			
Receitas financeiras	-	-	76.990
Despesas administrativas	-	-	(3.948)

	31.12.2021		
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A. e controladas	Banco Votorantim S.A.
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	18	-	131
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	593.797
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	-	-	706.056
Passivos			
Outros passivos	-	(79.694)	(79.694)
Resultado			
Receitas financeiras	-	-	50.326
Despesas administrativas	-	-	(3.653)

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
Os principais benefícios oferecidos aos empregados do Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, previstos em acordo coletivo da categoria são seguro saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados. Dentre os benefícios mencionados, destacamos os programas de remuneração variável.

Os programas de remuneração de curto prazo e longo prazo: Incentivo variável condicionado, Incentivo de longo prazo e programa de compra de ações virtuais, aprovados pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012, foram encerrados no exercício de competência de 2016 com efeitos até fevereiro de 2021.

No primeiro semestre de 2017, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, implementou um novo programa de remuneração variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados da Companhia. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017 e foram encerrados no exercício de competência de 2018, com efeitos até fevereiro de 2023.

Plano ILP: Em 2021, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, implementou para os executivos, um plano de incentivo de longo prazo, que consiste

BV CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 09.023.931/0001-80

Alameda Tocantins, nº 125, 24º andar, Salas 2401 e 2402, Complemento A, Edifício West Side, Alphaville, Barueri - (SP), Brasil, CEP 06455-020

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários toma-

das com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou

incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2023


pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José de Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 29/03/2023

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/29/BV1568549629032023.pdf>
Hash: 16800415218013e23f4e4f42418ff6e67b2cdf6a43